

Avaliação Externa das Escolas Relatório de escola

Agrupamento de Escolas de S. Brás de Alportel

Delegação Regional do Algarve da IGE

Datas da visita: 5 a 7 de Novembro de 2008

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **5 e 7 de Novembro de 2008**.

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em:
www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de S. Brás de Alportel localiza-se no concelho de S. Brás de Alportel, na serra do barrocal algarvio. Constituído em 21 de Julho de 2007, abrange três jardins de infância (JI), dois dos quais localizados em meio rural, seis escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), quatro das quais em meio rural, uma EB1/JI e a Escola Básica dos 2.º e 3.º CEB Poeta Bernardo de Passos (EB 2,3). Integra 1285 crianças/alunos, sendo 225 da Educação Pré-Escolar, 465 do 1.º CEB, 242 do 2.º CEB e 353 do 3.º CEB. Do total, 9,5% são alunos de Língua Portuguesa não materna. Cerca de 36,5% dos alunos são subsidiados pelos SASE. É de 54,9% a percentagem de alunos que possuem computador e de 33,7% os que têm acesso à “internet” no respectivo domicílio.

Dos 128 docentes que exercem funções nos vários estabelecimentos, cerca de 70% pertencem ao quadro de escola (QE) ou ao quadro de zona pedagógica (QZP). Desempenham funções no Agrupamento 71 auxiliares de acção educativa, seis cozinheiras/ajudantes de cozinha e um guarda-nocturno. Destes, 45 foram colocados pela Câmara Municipal e 33 pelo Ministério da Educação. Acrescem oito tarefeiras e 18 elementos provenientes dos programas ocupacionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). O sector administrativo é garantido por 10 funcionários.

Na sua globalidade, as instalações escolares apresentam boas condições físicas, com espaços exteriores bem cuidados, possibilitando a prática de actividades desportivas e lúdicas. Os JI e as EB1 foram recentemente reabilitados e reequipados, contando com equipamento informático com ligação à Internet e fotocopiadoras. Todavia, o aumento da população impõe necessidades de ampliação da EB1/JI e da EB 2,3.

A actividade profissional dos pais/encarregados de educação (pais/EE) exerce-se predominantemente nas indústrias extractivas, na construção civil, nos serviços e no pequeno e médio empresariado.

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

BOM

Os resultados escolares são analisados pelos órgãos de coordenação pedagógica. As taxas de sucesso da avaliação interna dos vários níveis de ensino são elevadas, sendo, em 2007/2008, de 93,6% para o 1.º CEB, de 91,4% para o 2.º CEB e de 93,2% para o 3.º CEB. Quanto à avaliação externa, em 2007/2008, os resultados do 1.º CEB, nas provas de aferição, são semelhantes aos nacionais, enquanto no 2.º CEB regista-se em Língua Portuguesa uma diferença de -0,8 pontos percentuais e, em Matemática, de -3,9%. No caso dos exames do 9.º ano, as médias obtidas, desde 2005/2006, têm sido ligeiramente inferiores às registadas a nível nacional, com excepção da Matemática em que, no mesmo ano, a média do Agrupamento foi de 2,5 e a nacional de 2,4.

São diversificados os espaços de participação dos alunos na vida da escola, quer na organização de eventos, quer na dinamização de campanhas de solidariedade. As situações de indisciplina registadas são oportunamente tratadas e não têm implicado perturbações evidentes no funcionamento das escolas.

Na sua generalidade, os pais mostram satisfação quanto aos resultados escolares e ao apoio e acompanhamento prestados, havendo tendência para que alunos de concelhos limítrofes, designadamente de origem estrangeira, se inscrevam no Agrupamento.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

A relação entre os estabelecimentos de educação/ensino que integram este Agrupamento foi aprofundada com a constituição do mesmo. Nesse contexto, realizam-se reuniões que têm como

objectivo conhecer programas e definir perfis de transição dos alunos. Apresentam-se muito diversificados os procedimentos desenvolvidos no sentido da articulação e da sequencialidade dos saberes, sendo também exemplo as interações entre educadores e professores do 1.º CEB, o trabalho conjunto entre os responsáveis pelas actividades de enriquecimento curricular (AEC) e os professores das disciplinas afins (Educação Física e Inglês), e a sensibilização para a actividade experimental, promovida pelos professores do Departamento de Ciências Experimentais nos JI e nas EB1.

O acompanhamento e a supervisão da prática lectiva realizam-se de forma indirecta através das reuniões das estruturas intermédias e de relatórios periódicos produzidos pelos respectivos coordenadores e pelos responsáveis dos vários projectos e actividades, não revestindo, assim, um carácter consistente e sistemático.

Para além dos apoios especializados destinados aos alunos com necessidades específicas, para o que contribuem os professores da educação especial, o gabinete de psicologia da Câmara Municipal e o serviço de psicologia e orientação (SPO), são disponibilizadas várias medidas de compensação educativa.

Existe uma oferta educativa diversificada com um significativo envolvimento dos alunos e com reflexos positivos na valorização dos espaços e da imagem do Agrupamento junto do meio.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

MUITO BOM

Existe articulação entre os diferentes documentos que orientam o funcionamento do Agrupamento, constando do Projecto Educativo (PE) as áreas prioritárias de intervenção, as linhas estratégicas de actuação e, em anexo, as metas de sucesso estabelecidas para 2008/09.

Encontram-se definidos critérios para a distribuição do serviço docente que abrangem a atribuição de cargos e de turmas com currículos específicos. Para os funcionários, são tidos em linha de conta a experiência e o interesse pelas funções a exercer.

Há um grande empenho, por parte da gestão, em garantir o reforço das receitas próprias e a manutenção e melhoramento das condições físicas dos estabelecimentos/escolas, em cooperação com a Autarquia e a Direcção Regional de Educação.

A participação dos pais/EE nos órgãos em que se encontram representados e o comprometimento da respectiva Associação (APEE) na dinamização de acções conducentes ao esclarecimento e ao envolvimento dos seus associados constituem pontos fortes do Agrupamento.

É generalizada a opinião de que o Agrupamento desenvolve uma estratégia adequada de inclusão, sendo de salientar o apoio específico aos alunos de Língua Portuguesa não materna, com a elaboração de um guião que facilita a comunicação com os professores e com os alunos.

4. LIDERANÇA

MUITO BOM

Existem planos de acção, definidos com base nas prioridades do PE e que se enquadram no Plano Anual de Actividades (PAA), que orientam o desempenho do órgão de gestão e das estruturas de coordenação educativa.

O clima de trabalho constitui um aspecto muito positivo do Agrupamento e são dinamizados encontros frequentes que promovem interações entre os docentes dos vários níveis de educação e ensino, facilitando a respectiva integração. Neste aspecto, releva-se a abertura da Comissão Executiva Instaladora (CEI) para acolher propostas inovadoras que mobilizam professores e alunos, como sejam as “Turmas Amigas”, o projecto “Apadrinhar uma Turma” e o gabinete de apoio ao aluno, “Porta Azul”, que resulta das inúmeras parcerias existentes.

Os equipamentos audiovisuais disponíveis são frequentemente requisitados e possibilitam a diversificação de estratégias em sala de aula.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO SUFICIENTE

Com o objectivo de dar maior coerência ao trabalho de auto-avaliação do respectivo desempenho, no ano lectivo transacto foi criada uma equipa que integrou, apenas, docentes dos vários níveis de educação/ensino. Do trabalho desenvolvido, resultou um “Relatório de Avaliação Interna” que enfatiza os pontos fortes e fracos da organização escolar. Embora este dispositivo careça de uma divulgação mais ampla, já contribuiu para a reformulação do PE e para orientar a acção educativa.

Uma maior consistência do processo de auto-avaliação, a consolidação das parcerias, o bom ambiente de trabalho e a capacidade de acolhimento e integração dos alunos e das acções constituem aspectos que podem contribuir para a sustentabilidade do progresso do Agrupamento.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

É prática do Agrupamento a recolha e análise dos resultados escolares por parte dos conselhos de docentes/departamentos e do Conselho Pedagógico (CP) e a sua comparação com os dos anos lectivos anteriores e com os de outros agrupamentos integrados em contextos semelhantes. Na Educação Pré-Escolar, é feita uma avaliação das várias áreas de conteúdo, com base em quatro níveis, sendo a Expressão Plástica, a Expressão Motora e a Linguagem Oral as que revelam índices de sucesso mais elevados, seguindo-se a Matemática. No 1.º CEB, a taxa de sucesso foi 93,6% e as áreas curriculares com maior insucesso são, simultaneamente, a Matemática e a Língua Portuguesa. Ao nível dos 2.º e 3.º CEB, verifica-se que, nos últimos cinco anos, houve uma taxa de sucesso que, com excepção do ano de 2005/2006, tende a evoluir, registando-se, em 2007/2008, valores de, respectivamente, 91,4% e 93,2%. Nestes ciclos de estudos, a Matemática e o Inglês são as disciplinas em que se regista um maior índice de níveis inferiores a três. No que diz respeito à avaliação externa, no 4.º ano, os resultados obtidos na prova de aferição de Língua Portuguesa apresentam-se semelhantes aos valores nacionais (89,5%); na prova de Matemática, os resultados do Agrupamento são ligeiramente superiores aos nacionais (91,1% para 90,8%). No 6.º ano, a situação é diferente, havendo, em Língua Portuguesa, uma pequena diferença face aos resultados nacionais (92,6% para 93,4%) e registando-se em Matemática o valor de 77,9% para 81,8%. Quanto aos exames nacionais do 9.º ano, constata-se que, desde 2005/2006, existem médias abaixo das nacionais, com excepção da Matemática, em 2005/2006, em que a média de escola se situou em 2,5 e a média nacional em 2,4. Salienta-se, no ano de 2007/2008, a Língua Portuguesa, em que a média do Agrupamento se situa duas décimas abaixo da média nacional que foi de 3,3; em Matemática, essa diferença é de apenas uma décima, sendo a média nacional de 2,9.

As taxas de sucesso dos alunos dos 1.º CEB a quem foram aplicados Planos de Recuperação foram, no ano lectivo anterior, de 67%. Nos 2.º e 3.º CEB, os alunos que beneficiaram de medidas de compensação educativa, nomeadamente apoio educativo e assessorias, obtiveram um sucesso de 69% e de 61%, respectivamente.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Existem várias iniciativas cuja organização é da responsabilidade dos alunos: a celebração do “Dia dos Namorados”, do “Dia das Bruxas” e a “Noite de Estrelas”. Participam, também, na gestão de bancas no âmbito da “Feira da Solidariedade”, da “Feira Medieval” e da “Feira do Livro”. Dinamizam

campanhas de solidariedade como a recolha de: livros para a AMI; géneros alimentícios para famílias carenciadas; materiais escolares destinados a apoiar escolas de S. Tomé e Príncipe, em parceria com o Instituto de Solidariedade Universitário (ISU). Promovem, também, espaços de participação dos alunos, através da sua representação nas reuniões de conselho de turma (CT) e na área de Formação Cívica, em que, no âmbito do projecto autárquico “Orçamento Participativo”, discutem e preparam propostas de melhoramento do concelho que apresentam em reuniões camarárias. Releva-se, igualmente, o seu envolvimento no embelezamento dos espaços escolares, quer através dos trabalhos realizados nas aulas, quer no Clube das Artes e no Ateliê das Artes. É prática do Agrupamento, em articulação com a Câmara Municipal, distinguir os alunos pelo seu aproveitamento e pelas acções que desenvolvem em benefício dos colegas e da comunidade em geral, através da atribuição dos “Prémios de Valor e de Excelência” e da realização de viagens (como à Região Autónoma da Madeira, Barcelona e Paris).

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

O Agrupamento promove, no início do ano lectivo, um conjunto de procedimentos que visam prevenir situações de indisciplina: reuniões com os pais/EE; distribuição do Guia do Aluno donde constam as normas de conduta, os direitos, os deveres gerais e as regras de assiduidade dos alunos, o horário de funcionamento dos diferentes serviços e o calendário escolar. Este documento é analisado com os directores de turma (DT), designadamente nas aulas de Formação Cívica. Nas primeiras reuniões de CT, os professores aferem práticas de ensino e estratégias consensuais, relativamente às regras de comportamento em sala de aula, condição para evitar atitudes menos correctas. Os alunos com dificuldades de integração são encaminhados para turmas de percursos curriculares alternativos (PCA) e de cursos de educação e formação (CEF). As situações de indisciplina são pontuais e, segundo o pessoal não docente, “é o Paraíso”. No entanto, em casos mais graves, decorrentes das relações interpessoais, são instaurados procedimentos disciplinares que têm como consequência a aplicação de medidas correctivas e de sanções, como a realização de actividades na escola ou a suspensão. Nos últimos três anos, registaram-se, respectivamente, 7, 4 e 7 casos.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

O Agrupamento é reconhecido pela qualidade da educação e do ensino ministrados que é, globalmente, valorizada pelas famílias e pelo meio em geral. São exemplos dessa realidade a procura por parte de famílias residentes em concelhos limítrofes, designadamente de origem estrangeira, a boa participação dos EE e da comunidade local nos eventos que dinamiza, como a “Feira Medieval”, o “Festival Intercultural” e a “Feira do Livro”, e a estreita articulação com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Por outro lado, os EE evidenciaram o seu agrado pelo trabalho, apoio e acompanhamento contínuo prestados aos alunos pela globalidade dos professores.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

Tendo como suporte um Plano de Articulação Curricular, são implementados procedimentos diversificados nesta área. Assim, os conselhos de docentes de articulação curricular e os conselhos de turma, através da construção dos projectos curriculares de turma (PCT), assumem um papel fundamental no planeamento da articulação horizontal, quer no âmbito da leccionação dos conteúdos programáticos, quer nas actividades de complemento curricular. Encontros entre os professores das actividades de enriquecimento curricular (AEC) – Inglês, Actividade Desportiva e Expressão Musical – e os que, nos 2.º e 3.º CEB, leccionam as disciplinas afins, asseguram a definição das competências dos alunos do 1.º CEB, tendo em conta as que devem ser reforçadas no prosseguimento de estudos. Acresce a realização de reuniões entre as docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB, que asseguram a articulação das áreas de conteúdo e de enriquecimento curricular, bem como a transmissão de informação sobre o desempenho e as características das crianças. Já era prática das

escolas, mesmo antes da constituição do Agrupamento, a realização de reuniões, no início de cada ano lectivo, entre os professores do 1.º CEB e os DT do 5.º ano da EB 2,3, para troca de informações sobre os alunos, de forma a facilitar a sua integração numa nova realidade. A organização actual acarretou um aprofundamento dessa acção, com a participação dos professores do 4.º ano nas primeiras reuniões de CT do 5.º ano, decorrendo, também, acções conjuntas com incidência nas áreas estruturantes de Língua Portuguesa e de Matemática, com o objectivo de conhecer mutuamente os programas e definir um perfil mínimo para a mudança de ciclo. Este tipo de procedimentos estende-se também à transição entre os 2.º e 3.º CEB e entre este e o Ensino Secundário (ES) – no início de cada ano lectivo, os DT dos 6.º e 9.º anos participam, respectivamente, nos conselhos de turma dos 7.º e 10.º anos, existindo, neste caso, uma acção articulada com a Escola Secundária José Belchior Viegas (ES).

Existem, ainda, acções de articulação e integração que se desenvolvem directamente com as crianças e com os alunos, de que são exemplo: o “Livro Viajante” que, ao longo do ano lectivo, circula por todos os grupos da Educação Pré-Escolar, sendo enriquecido com os respectivos contributos, e promovendo o conhecimento das crianças e do trabalho desenvolvido; “Lendo e Partilhando” em que alunos do 3.º CEB lêem histórias nos JI; realização de actividades experimentais pelos professores do Departamento de Ciências Experimentais nos JI e nas EB1; visita dos alunos do 9.º ano à ES.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

É inexistente um processo de observação e de monitorização das práticas que têm lugar em contexto de sala de aula. O acompanhamento da prática lectiva é realizado, de forma indirecta, através das reuniões de conselho de docentes e de grupo disciplinar, onde tem lugar o planeamento em equipa e o balanço das actividades, proporcionando o conhecimento do desempenho dos professores por parte dos responsáveis pela supervisão. É também no âmbito dessas estruturas que é feita a concertação das aprendizagens e a aferição da aplicação dos critérios de avaliação, sendo exemplo o grupo de Matemática em que são utilizadas grelhas de observação e de registo comuns, existindo momentos de elaboração de testes em conjunto. As reuniões de CT permitem também acompanhar o trabalho junto dos alunos, sendo delineadas as estratégias que melhor se adequem às dificuldades que eventualmente se colocarem; essas situações são registadas em acta e, quando assumem maior complexidade, é veiculada informação para os coordenadores de departamento.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) contam com um psicólogo que permanece na EB 2,3 apenas um dia por semana, dispensando, na medida do possível, apoio psicopedagógico a alguns alunos dos 2.º e 3.º CEB e orientação escolar e vocacional aos que frequentam o 9.º ano.

Para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (NEE), estão colocadas três professoras da educação especial que se dispersam pelos vários estabelecimentos do Agrupamento e participam dos conselhos de docentes e dos CT. Alguns desses alunos, para além de acompanharem aulas do currículo comum, têm percursos específicos individuais, no âmbito dos quais é feita a preparação para a vida activa, estando a ser criado, no espaço escolar, um ateliê destinado aos currículos funcionais. É diversificada a oferta de medidas de compensação educativa, nomeadamente as “Aulas SOS” (frequentadas voluntariamente por todos os alunos e implementadas nas disciplinas de Inglês, Matemática e Físico-Química); as assessorias de professores, em sala de aula, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês e Matemática; o desdobramento desta disciplina, nas turmas do 2.º CEB, num bloco de 90 minutos, com recurso ao crédito da escola. Duas educadoras, provenientes de outra unidade de gestão, garantem a intervenção precoce nos JI. Nesta área, o Agrupamento articula-se com outras entidades, destacando-se a Câmara Municipal que, no presente ano lectivo, contratou um terapeuta da fala e tem vindo a viabilizar apoio psicopedagógico aos alunos do 1.º CEB, através de um gabinete de psicologia (aquando da intervenção, aguardava-se ainda a colocação de uma nova profissional para garantir este serviço). Ao núcleo de apoios educativos pertence, também, uma assistente social que procede ao acompanhamento das famílias e faz a ponte entre a Escola, a Autarquia e o Centro de Saúde.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A oferta formativa é ampla e diversificada e resulta do estudo de interesses, realizado junto dos alunos, com a colaboração da APEE. Os semanários-horários dos alunos foram organizados de forma a garantir duas tardes livres, criando condições para o seu envolvimento nos vários clubes e projectos que resultam dos índices de frequência registados e do perfil e da experiência dos professores. Assim, para além do Desporto Escolar, no âmbito do qual existem grupos-equipa de ténis, futsal feminino e masculino, ginástica de grupos e atletismo e em que, nos vários torneios, têm sido obtidos bons resultados, funcionam também, entre outros, os clubes de “Teatro”, “Musical”, e das “Artes”, identificados pelos alunos como tendo um bom nível de participação e onde são desenvolvidas actividades diversificadas e de interesse para o seu nível etário.

Projectos como “Lendo e Partilhando” e “Educação Para o Empreendedorismo” integram acções que possibilitam a valorização do que é produzido pelos alunos, designadamente através da impressão de excertos de livros, seleccionados pelos próprios, nas bases dos tabuleiros do refeitório, trabalho efectuado pelos alunos de uma turma dos CEF – Operador de Pré-Impressão. Por outro lado, são normalmente publicados em livro textos da sua autoria (“Nos Passos de Bernardo” e “S. Brás de Alportel à Mesa”) ou no jornal local.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Existe coerência e articulação entre os diferentes documentos estruturantes do Agrupamento. O PE, para o triénio de 2007/2010, foi elaborado por uma equipa constituída apenas por docentes de diferentes níveis de educação/ensino. No presente ano lectivo, foi reformulado, face ao tratamento dos dados provenientes da aplicação de questionários aos EE, aos resultados académicos e às propostas apresentadas pelos conselhos de docentes e pelos departamentos. Como áreas prioritárias de intervenção educativa, surgem: o sucesso educativo, a formação global dos alunos, o Agrupamento como organização e a relação escola/comunidade. Entre outros, os grandes desafios apontam para a unidade de acção e articulação, para a garantia da equidade, devido à diversidade de alunos, e para a melhoria rumo à qualidade.

O PAA apresenta um conjunto de actividades regulares, implementadas em todos os anos lectivos, e um grupo de acções propostas, anualmente, pelos departamentos e pelos conselhos de docentes. Todas as actividades são avaliadas no final de cada um dos períodos escolares e no final do ano lectivo.

Como forma de uniformizar e de garantir uma linha orientadora para a elaboração dos PCT, foi construído um guião a ser seguido por todos os CT. Para além dos documentos estruturantes, como forma de aferir procedimentos, todos os órgãos do Agrupamento elaboraram os respectivos regimentos e desenvolvem a sua actividade através de planos de acção anuais, como resposta às prioridades do PE.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O perfil dos docentes e a sua formação específica, aliada à experiência profissional e à competência demonstrada no respectivo desempenho, são considerados pelo órgão de gestão na distribuição do serviço docente, nomeadamente na atribuição dos cargos de DT, da coordenação de projectos e da dinamização das actividades. Para a leccionação das turmas dos CEF, PCA e das que integram alunos com NEE também são levados em conta os critérios já enunciados.

A acção da CEI e das coordenações das estruturas intermédias contribui para a integração dos novos professores, veiculando orientações sobre o seu desempenho e transmitindo referências sobre o modo de actuação.

As áreas de actuação do pessoal não docente são definidas pelo órgão de gestão em colaboração com os seus responsáveis, visando ajustar a experiência e o interesse às funções a exercer. Foi generalizado o agrado dos vários intervenientes quanto à rapidez de resposta dos Serviços de Administração Escolar (SAE) que, desde há dez anos, prestam um atendimento personalizado.

A actualização profissional dos recursos humanos é considerada fundamental, pelo que são auscultadas as carências de formação do pessoal não docente, através de questionários, e dos professores/educadores, mediante a elaboração de um documento designado “Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional”. O facto do concelho de S. Brás de Alportel ter passado para a área de influência de um novo Centro de Formação tem contribuído para uma menor resposta face às necessidades diagnosticadas, conforme os testemunhos recolhidos. São de relevar as dinâmicas existentes que têm proporcionado formação interna dirigida quer a docentes quer a não docentes, tratando temas como “Dimensão Sócio-Educativa e Ética Profissional do Auxiliar de Acção Educativa”, “Novo Acordo Ortográfico”, “Bibliotecas Escolares e Literacia”, “Plataforma Moodle” e “Multiculturalidade”.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

Como resultado do esforço sistemático realizado pelo órgão de gestão, ao longo dos anos, pela Câmara Municipal e pela Direcção Regional de Educação, todas as escolas/estabelecimentos de educação têm boas instalações e equipamentos. Os professores referiram que a constituição do Agrupamento foi uma mais-valia em termos de rentabilização de meios, pois possibilita a requisição e a partilha de recursos como os videoprojectores, os computadores portáteis e o material didáctico destinado ao ensino das Ciências e da Matemática.

O Orçamento Privativo (OP) revela a capacidade da gestão para captar verbas, representando cerca de 50% do valor atribuído através do Orçamento de Estado (OE). O Agrupamento conta, também, com verbas atribuídas pela Junta de Freguesia, destinadas a suportar a aquisição de material didáctico e as despesas de expediente e limpeza. A relação privilegiada com a Câmara Municipal tem vindo a permitir modificações dos espaços físicos, a manutenção dos jardins e a criação e o equipamento das bibliotecas escolares (BE) nas EB1, bem como a permanente disponibilização de transportes.

É reconhecido por todos que o serviço prestado pelo refeitório e pelo bufete da escola sede pauta-se por critérios de qualidade. Foi manifesto o agrado dos alunos e dos EE quanto às refeições servidas nas EB1, quer as confeccionadas em refeitórios próprios, quer as transportadas para as escolas rurais.

Todos os JI e EB1 têm Planos de Prevenção e Emergência. O da EB 2,3, devido à remodelação das instalações, encontra-se a ser reformulado. Uma vez por período, são realizados exercícios de evacuação e, todos os meses, têm lugar vistorias aos equipamentos de segurança.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

O envolvimento dos pais e EE na vida do Agrupamento é considerado um ponto forte do seu funcionamento. Existe uma APEE empenhada e cooperante nos órgãos onde tem assento. Para o seu funcionamento, foram cedidas instalações na EB 2,3, onde, com recurso ao programa ocupacional do IEFP (POC), procedeu à colocação de uma funcionária que recebe os EE e trata do expediente. Para orientar o trabalho dos representantes dos pais/EE nos diferentes órgãos, a APEE dinamizou a elaboração de um regimento próprio, aprovado em reunião geral. Para além da realização de diversas acções, como sessões temáticas de formação para os EE (“Culinária Saudável”, “Métodos e Técnicas de Estudo”, “Como Compreender o Meu Filho”, “Conviver com a Diferença Intercultural”), organiza anualmente um encontro aberto a toda a comunidade, visando não só atrair os pais à escola, mas também a angariação de sócios. No ano lectivo transacto, promoveu, no âmbito do seu Plano Anual de Actividades, o “Encontro Inter-Associativo Regional de Associações de Pais” que decorreu na EB 2,3. Através da APEE, foram colocados 13 trabalhadores POC para reforçarem o funcionamento dos serviços e das actividades de apoio à família e de enriquecimento curricular. Assim, há todo um trabalho, por parte do Agrupamento, no sentido de atrair os pais e garantir uma participação efectiva no trabalho desenvolvido, pelo que, no início do ano lectivo, são realizadas reuniões com as

educadoras, com os professores titulares de turma, com os professores das AEC e com os DT. Nestas ocasiões, são transmitidas informações sobre o RI, o PE e o PAA, apresentados os critérios de avaliação e as actividades previstas para ocupação dos tempos escolares. Face à experiência adquirida, no início do 2.º período, os pais são convocados para participar nas reuniões de CT, nos 2.º e 3.º CEB. Os EE colaboram, também, na organização do “Festival Intercultural”, da “Feira Medieval”, da “Feira do Livro” e no “Dia do Pai”, com a realização de jogos de futebol entre pais e filhos.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

O Agrupamento desenvolve processos de inclusão dos alunos com NEE, para além de promover acções destinadas a dar resposta à diversidade cultural e socioeconómica da população escolar. Destacam-se as seguintes estratégias: o estabelecimento de assessorias e apoios individuais a alunos com mais dificuldades de aprendizagem; a previsão, no horário dos professores, de horas destinadas ao reforço do trabalho previsto nos planos de desenvolvimento ou para aqueles que pretendam reforçar as suas competências; o fornecimento de suplementos alimentares, com verbas provenientes do OP; o acompanhamento permanente, por parte de um funcionário, de todos os alunos com limitações psicomotoras acentuadas; a definição dos horários dos transportes escolares atendendo aos semanários-horários das turmas.

É prestado apoio específico em Língua Portuguesa aos alunos de origem estrangeira. Nos 2.º e 3.º CEB, foi elaborado um guião que inclui palavras essenciais em diversas línguas, potenciador da comunicação entre os professores e estes alunos. Para promover a interculturalidade e a tolerância pelo que é diferente, têm sido mobilizados professores, alunos, pais e alguns parceiros, como a Câmara Municipal e a Associação “In Loco”, para a dinamização de diversas actividades abertas à população em geral, como, no ano lectivo anterior, o “Natal no Mundo”. No presente ano, está previsto um desfile, na sede do concelho, sob o lema “Carnaval no Mundo”.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

Conjugado com os princípios que constam do PE, o plano de acção da CEI, elaborado em Julho de 2007, abrange as áreas consideradas com maiores dificuldades, destacando-se a articulação e sequencialidade do currículo, a motivação para a aprendizagem, a disciplina e segurança e as condições de trabalho. Com base naquele documento e na análise dos resultados escolares ao longo dos últimos anos lectivos, realizada pela equipa de auto-avaliação, também foram definidas, para o ano lectivo de 2008/09, metas de sucesso para a Educação Pré-Escolar, para os vários anos de escolaridade do 1.º CEB e para cada uma das disciplinas dos 2.º e 3.º CEB. Por outro lado, tendo como objectivo a conclusão da escolaridade obrigatória por parte de todos os alunos e a continuidade dos estudos, foram criadas turmas de PCA e de CEF, em articulação com a ES, numa perspectiva de complementaridade.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

A relação de proximidade já existente entre a EB 2,3 e os JI e escolas do 1.º CEB do concelho facilitou a constituição do Agrupamento, constatando-se coesão entre os representantes dos vários níveis educação/ensino e um interesse comum em conhecer as diferentes realidades. Como forma de clarificar as competências das estruturas intermédias e dos coordenadores de estabelecimento e de valorizar o seu papel na vida escolar, o órgão de gestão promove a realização de reuniões conjuntas.

Foi manifesto o agrado dos entrevistados quanto ao bom clima de trabalho e quanto à forma como se procedeu à integração dos novos elementos, bem como no que respeita à disponibilidade, manifestada pela CEI, para acolher sugestões de melhoria. Para o desempenho das suas funções, o pessoal não docente conta com um plano donde constam os objectivos e as tarefas que devem realizar, o que contribui para referenciar a sua acção e para dar transparência ao seu processo de avaliação. Não

existem problemas de falta de assiduidade, quer por parte dos professores, quer por parte dos funcionários. A motivação dos alunos é visível através do elevado envolvimento dos mesmos nas actividades de complemento curricular.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

Relevam-se como inovadores o projecto “Turmas Amigas”, promotor da articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º CEB, através da troca de experiências, da realização de actividades conjuntas e da visita das crianças/alunos às turmas, e o projecto “Apadrinhar uma Turma” que visa o desenvolvimento de competências sociais e pessoais.

A requisição frequente de computadores portáteis e a existência de um sistema de “wireless” têm possibilitado a diversificação de estratégias na sala de aula. A EB 2,3 foi pioneira na implementação do sistema de gestão dos cartões electrónicos dos alunos, em funcionamento desde há cerca de quatro anos, com o patrocínio da Sociedade do Golfe da Quinta do Lago e, aquando da modernização do sistema, do supermercado Intermarché.

No âmbito dos intercâmbios internacionais, semanalmente, uma turma do 1.º CEB estabelece comunicação por videoconferência com uma escola do Brasil.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O Agrupamento desenvolve uma multiplicidade de parcerias com o fim de apoiar e de desenvolver os diferentes projectos que resultam das dinâmicas internas já mencionadas. Merece especial relevância a parceria com a Câmara Municipal que, para além do financiamento dos JI e das EB1, alarga a sua acção a áreas como a dinamização das BE, através de formação disponibilizada para os seus responsáveis, da constituição de uma rede que articula todo o acervo documental do concelho e do projecto “Livros Sobre Rodas” que possibilita a circulação de publicações pelos estabelecimentos de educação/ensino que não possuem BE.

No âmbito do projecto de “Educação Para a Saúde”, têm sido desenvolvidas parcerias com o Centro de Saúde, o Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT), a ARS do Algarve e a Associação Para o Planeamento da Família (APF). Outra parceria alargada integra-se no projecto “@ventura”, no qual estão envolvidas, para além da Câmara Municipal, a ES e a Associação “In Loco”, abrangendo ateliês de competências sociais e pessoais, de teatro e de agricultura biológica para alunos em risco de insucesso e abandono.

Participam, ainda, em projectos internacionais, de que são exemplo os intercâmbios entre a EB1/JI de São Brás e o Colégio Cícero Nogueira, de Fortaleza, no Brasil, cujo tema é “Um Oceano de Valores”, e entre a EB 2,3 e o Liceu de Ouazanne de Marrocos.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O processo de auto-avaliação carece de planificação para que se torne sistemático e não meramente pontual e fragmentado, de modo a dar sustentabilidade ao planeamento da acção educativa. A equipa de auto-avaliação, criada no ano lectivo de 2007/2008, integrou apenas professores dos vários níveis e áreas de ensino. O trabalho foi desenvolvido em três fases: num primeiro momento, foram aplicados questionários aos educadores/professores e ao pessoal não docente, com o objectivo de recolher informação sobre o grau de satisfação, relativamente a várias áreas de funcionamento da unidade de gestão; depois, foram tratados os questionários preenchidos pelos coordenadores das estruturas intermédias, pelos professores das turmas do 1.º CEB, das AEC, dos apoios educativos e da educação especial; procedeu-se, finalmente, à análise dos relatórios elaborados pelos responsáveis dos órgãos de coordenação educativa e dos que foram produzidos no âmbito da avaliação do PAA, do Projecto Curricular do Agrupamento (PCA), dos resultados escolares, dos projectos desenvolvidos e das

medidas de compensação educativa. Resultou daí a elaboração de um relatório final, com a indicação dos pontos fortes e dos pontos fracos do Agrupamento, que foi divulgado apenas no Conselho Pedagógico. Ainda que recente, este processo contribuiu para a reformulação do PE, nomeadamente nos pontos que dizem respeito à promoção da articulação curricular e à troca e partilha de materiais pedagógicos dentro do Agrupamento.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

É possível perspectivar a sustentabilidade e o progresso do Agrupamento através do prosseguimento e da consolidação das acções já desenvolvidas, designadamente na concepção de processos de melhoria, na articulação entre os diferentes níveis/anos de escolaridade, na persistência de estratégias para trazer os pais à escola, na forte colaboração com a APEE e na continuidade da cooperação com a Autarquia. Por outro lado, o aumento crescente da população (4%ano), a continuação da diversidade da oferta formativa, em função das necessidades inventariadas, bem como as acções para a integração dos alunos estrangeiros e dos que necessitam de apoios específicos, contribuem para que o Agrupamento reforce o seu papel como pólo de desenvolvimento sociocultural do meio em que está inserido.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento Vertical de Escolas de S. Brás de Alportel** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- As interações entre os vários estabelecimentos de educação/ensino viabilizam procedimentos consistentes no âmbito da articulação curricular e dão sentido de organização ao Agrupamento.
- A relação entre alunos/professores/funcionários promove um bom ambiente de trabalho e favorece o sucesso escolar dos alunos.
- A inclusão dos alunos estrangeiros e com NEE contribui para a dinâmica socioeducativa do Agrupamento.
- O papel actuante da APEE nos órgãos de gestão e de administração e na dinamização de actividades promove a participação dos pais/encarregados de educação na vida da escola e co-responsabiliza-os pelo processo de acompanhamento dos seus educandos.
- A determinação e a dinâmica das lideranças incentiva o envolvimento, empenho e motivação dos professores e dos funcionários.
- A dinâmica do órgão de gestão na construção de um conjunto de parcerias contribui para a prestação de um serviço educativo mais amplo e diferenciado.

Pontos fracos

- A ausência de estratégias de acompanhamento, apoio e monitorização da prática lectiva em sala de aula não favorece o aprofundamento da reflexão sobre as metodologias e sobre os processos de ensino.
- A falta de formas activas de divulgação do processo de auto-avaliação e o facto da equipa responsável ser apenas constituída por docentes dos diferentes níveis de educação/ensino comprometem os critérios de representatividade que deviam orientar os procedimentos nesta área.
- A incipiência dos processos de melhoria e a consequente necessidade de consolidação nas práticas regulares do Agrupamento, condicionam a obtenção de melhores resultados escolares.

Oportunidades

- O aprofundamento das parcerias existentes, designadamente com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, e o seu alargamento a outras áreas podem contribuir não só para a continuidade da oferta escolar diversificada, como também para a melhoria dos recursos do Agrupamento e para a dinamização de outros projectos que correspondam aos interesses dos alunos.

Constrangimentos

- A carência de formação específica do pessoal não docente sobre primeiros socorros e sobre a relação com crianças com NEE constrange as potencialidades do respectivo desenvolvimento profissional.